

Capinar: Verbo Conjugado no Feminino? Notas de Pesquisa sobre Gênero e Percepções de Risco na Agricultura Familiarⁱ

Renata Menasche
Doutora em Antropologia Social - UFRGS
Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs
Pesquisadora da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - Fepagro
menasche@portoweb.com.br

Resumo

O artigo se propõe a discutir as interações entre os papéis sociais de gênero na agricultura familiar e as representações e práticas desses agricultores em relação à utilização de agrotóxicos. Os dados analisados foram obtidos a partir de pesquisa etnográfica realizada junto a famílias rurais de duas localidades do Rio Grande do Sul, uma região no sul do Brasil.

Palavras-chave

Campesinato; Gênero; percepções de risco do Brasil

Abstract

The article sets out to discuss the interaction between the social roles of gender in family agriculture and the representation and praxis of these farmers with respect to the use of pesticides. The data was obtained from ethnographic research carried out among rural families in two locations in Rio Grande do Sul, a region in the south of Brazil.

Keyword

Farmers; Gender; Brazil's Risk Perceptions.

A agricultora Neusaⁱⁱ narra que quando a horta é capinada, mais especificamente quando é seu marido quem realiza o trabalho, conhecidos que passam pela estrada, junto à propriedade – de onde se pode avistar a horta –, buzinam, gritando “joga fora essa enxada!”. Caçoam, dizendo “o que você quer com essa enxada?”

O que faz com que, entre esses agricultores, a cena de um homem capinando a horta junto a sua casa seja percebida como motivo de deboche?

Uma ética invertida

A utilização de agrotóxicos na produção agrícola parece ser percebida por esses agricultores não apenas como necessária, mas como condição de viabilidade da atividade. Assim, “se não é pra passar veneno, não adianta nem plantar”.

E seu emprego intensivo é justificado a partir de alegada redução da eficácia desses produtos: “Estão mais fracos os inseticidas, ou as borboletas e as lagartas estão mais resistentes?”.

Manifesta-se, em alguns dos depoimentos, o entendimento de que os agrotóxicos utilizados atualmente, considerados menos eficientes, seriam também menos perigosos do que os produtos empregados em época anterior: “aquilo era veneno mesmo, DDT, não era esses tonteador”.

Ao argumento utilitário, que justifica o emprego dos agrotóxicos, soma-se outro, uma espécie de **ética do trabalho invertida**. “A mentalidade do pessoal hoje é fazer pelo mais fácil, se vai carpir uma semana, com uma hora de serviço está pronto”, afirma Nilton, lamentando-se sobre a generalização do uso de herbicidas.

Nilton narra que até recentemente costumava, com uma turma de peões, carpir os 50 hectares da terra do pai. Nos últimos anos, entretanto, por não mais encontrar trabalhadores dispostos a serem contratados para a realização do serviço, tem se visto obrigado a abandonar a prática, aderindo ao uso de herbicidas. Por muito tempo, escutara críticas e recomendações: “Vocês são loucos. Passem veneno e deem na sombra”.

Também Vitor, agricultor que se propõe a adotar práticas agroecológicas, identifica no que podemos interpretar como uma ética do trabalho invertida a base da resistência entre seus pares à adoção de tecnologias que, buscando a redução ou eliminação da utilização de agroquímicos, acabam por demandar maior intensidade de trabalho: “O pessoal pensa pelo mais fácil”.

É interessante notar que a crítica a essa ética do trabalho invertida é explicitada nas falas de informantes que são agricultores de origem italiana e que habitam em região colonizada predominantemente por descendentes de imigrantes italianos.

Em um trabalho em que se dedica a estudar a etnicidade em grupos de origem européia no Sul do Brasil, Seyferth (1986) mostra como, na construção da categoria “colono” como marcadora da identidade étnica de descendentes de imigrantes alemães, italianos ou poloneses, a representação da etnicidade tem por base um *ethos* do trabalho, que se contrapõe à visão estereotipada do brasileiro (caboclo) “preguiçoso”.

É assim que, nas falas dos agricultores que criticam o emprego massivo de agrotóxicos – prática poupadora de trabalho –, estaria sendo evidenciada uma contradição dessa prática com a

própria identidade “colono”, à qual estaria associado o atributo “trabalhador”. Ou seria a própria identidade ressemantizada a partir da introdução das tecnologias características da dita “agricultura moderna”?

Vimos que enquanto a utilização de agrotóxicos é, entre esses agricultores, afirmada como condição necessária à viabilidade da produção agrícola, o trabalho decorrente de sua não-utilização parece ser percebido como inútil, insensato, passível de ridicularização. Por que seria esse trabalho tão desvalorizado?

Antes de centrarmos o foco em pistas que poderão elucidar essa questão, vejamos, brevemente, algo acerca das percepções de risco desses agricultores em relação aos agrotóxicos.

Agrotóxicos: perigo?

Entre todos os agricultores escutados durante essa pesquisa, nas duas localidades em que o trabalho de campo foi realizado, um único admitiu ter tido algum tipo de intoxicação decorrente do manuseio de agrotóxicos, ocorrida em uma época em que, segundo ele, era mais descuidado, quando “ia até de calção”.

Mais comuns foram comentários que remetem a casos distantes, sempre referentes a “outros”: “Um lá de [nome do município vizinho], que estava lidando com veneno, ficou bem mal”. Ou a negação de qualquer efeito nocivo comprovado: “nunca deu problema”. Ou a desconfiança de que tais efeitos existam, mas não sejam reconhecidos: “pode ser que morria, e se dizia que era de outra coisa”. Ou ainda, como na resposta oferecida por um deles, quando indagado se já havia tido algum problema de saúde relacionado ao manuseio desses produtos, o receio de que esses efeitos possam ainda, num futuro longínquo, vir a se manifestar: “Até hoje nada, mas talvez com o tempo...”.

No entanto, estima-se que, no Brasil, cerca de dois terços dos agricultores já sofreram intoxicação aguda em razão do uso de agrotóxicos (GUVANT, 1994). Como, então, compreender a laconicidade dos informantes a respeito de casos de intoxicação?

Certamente, não podemos atribuir a esses agricultores desconhecimento quanto à toxicidade dos “venenos” com que lidam cotidianamente. Vejamos o que dizem alguns deles:

Seu Milton, referindo-se aos inseticidas, afirma: “É veneno puro, às vezes [as lagartas] começa a morrer em cinco minutos. É uma judiaria, mata passarinho”. Ao que sua esposa acrescenta: “Até as galinhas que estão no pátio!”.

Valter, narrando um episódio recente, comenta: “O veneno prá lagarta, andou dando problema no açude, morreu peixe, veio até o IBAMA”ⁱⁱⁱ.

Distinguindo inseticidas e herbicidas, Seu João explica que “o inseticida é mais perigoso, a pessoa pode se intoxicar; o herbicida é perigoso, mas só se for ingerido”; enquanto que para Seu Milton “inseticida é prá matar seres vivos; o herbicida, ele vai matando aos poucos”.

Mas se associam aos agrotóxicos a idéia de perigo mortal – “veneno” –, por que se calam a respeito do risco com que se deparam cotidianamente em seu manuseio? Ou haveria entre eles um sentimento de “imunidade” a esse risco?

O estudo etnográfico realizado por Zonabend (1989) junto a trabalhadores e moradores dos arredores de uma usina francesa de reciclagem de resíduos nucleares, bem como a análise realizada por Guivant (1994) a partir de pesquisa junto a olericultores catarinenses utilizadores de agrotóxicos – ambos os trabalhos centrados na compreensão das **percepções de risco** – apresentam pistas interessantes para a reflexão que aqui se desenvolve.

Nesses dois estudos, as autoras concluem ser condição de conforto moral a não-admissão da condição de convivência cotidiana com o perigo. Já Douglas (1985), discutindo a noção de **imunidade subjetiva**, mostrou que os indivíduos tendem a ignorar os perigos cotidianos, de forma que seu mundo imediato lhes pareça mais seguro do que é.

Ainda em consonância com o que apontara Douglas (1985), os dois trabalhos aqui comentados (ZONABEND, 1989; GUVANT, 1994) identificam, nos grupos sociais estudados, a existência de conjuntos de normas culturalmente estabelecidas de cuidados, a serem observados quando do manuseio das tecnologias em suas atividades de trabalho.

Voltando aos agricultores gaúchos observados, podemos notar entre eles a existência de algo como um conjunto de “medidas profiláticas”, a ser respeitado, de forma a garantir sua imunidade contra possíveis efeitos decorrentes da utilização de agrotóxicos. Vejamos:

Inácio, voltando para casa para o almoço, após ter passado a manhã aplicando herbicida em uma área em que pretende semear milho, comenta: “Agora o jeito é tomar um banho, prá terminar com o veneno”. Vestia as mesmas roupas de trabalho de sempre, que, após o banho, seriam deixadas no tanque, para serem lavadas.

Seu Mário, contando que, como sempre fora cuidadoso, jamais tivera qualquer problema ocasionado pelo manuseio de agrotóxicos: “Por 20 anos, nunca deu nenhuma dor de cabeça. Meu irmão teve, mas eu não. Mas sempre me cuidei. Lavava as mãos, não fumava. Mas tem gente que é relaxado”.

Podemos, assim, inferir que, no sistema de representações desses agricultores, o risco de intoxicação decorrente do manuseio de agrotóxicos se apresentaria apenas àqueles que, burlando as medidas de cautela tidas como eficazes para contornar o perigo, são considerados “relaxados”.

Retomando os trabalhos de Zonabend e Guivant, ambos mostram que, em casos de

acidente, a tecnologia perigosa tende a ser absolvida como fonte de risco – assim como parecem fazer os agricultores observados.

E que, uma vez absolvida a tecnologia, a “culpa” pela contaminação ou intoxicação recai sobre a pessoa que a provoca (e sofre): seja por não ter agido com a necessária cautela, seja por ter tido azar, seja por ter apresentado insuficiente habilidade ou força física.

No que se refere à insuficiente habilidade ou força física como “causa” da contaminação/intoxicação, ambas as autoras apontam que a omissão em relação aos riscos estaria associada à **afirmação de masculinidade**. Poderíamos supor que essa associação faça parte também do imaginário dos sojicultores gaúchos aqui em foco?

Homens, mulheres e tecnologia

Muito já se tem dito acerca da divisão sexual do trabalho na agricultura camponesa. Tomemos o estudo de Heredia *et al.* (1984) – em que os autores analisam as relações sociais no interior de unidades domésticas em região açucareira do Nordeste brasileiro –, de modo a ter presente a abordagem que se propõe a compreender as injunções entre o processo de trabalho nessa agricultura e a organização da família. Nas palavras dos autores (1984, p.30-31):

Os produtos do roçado são os que fornecem os meios necessários para o consumo, o que se efetiva na casa. O roçado é o resultado do esforço conjunto dos membros do grupo doméstico... [...] por serem as tarefas desenvolvidas no roçado as responsáveis pelo consumo familiar, as atividades nesse âmbito são reconhecidas como trabalho. Por oposição a elas, as atividades desempenhadas no âmbito que corresponde à casa não são consideradas como tais. [...] É o pai quem encarna o trabalho no roçado, logo, o trabalho ali realizado é o trabalho dele; os filhos e a esposa, mesmo quando desempenham atividades, apenas “ajudam”, como se diz. Se o lugar do homem é o roçado, o lugar da mulher, mãe de família, é a casa. [...] A casa não se restringe ao espaço físico ocupado pela construção; ela inclui também o terreiro (pátio) que a rodeia, local onde vive a criação (aves de quintal), cabras e porcos. [...] As atividades que esses animais exigem são também, como a casa, de responsabilidade feminina e não reconhecidas como trabalho.

Mas se é verdade que muito já se tem dito acerca da divisão sexual do trabalho nessa agricultura, o mesmo não se pode afirmar a respeito de como nela vem interferindo a introdução das tecnologias da denominada “agricultura moderna”.

Talvez trabalhos como o de Wajcman (1998), que se dedica a compreender o impacto das novas tecnologias – microeletrônica, informática, telecomunicações – na divisão sexual do trabalho remunerado urbano, possam contribuir para esta reflexão.

Essa autora aponta como tendência geral que “as mudanças geradas pela tecnologia reforçam e operam dentro das diferenças pré-existentes nos padrões do trabalho”, inclusive no que se

refere às relações sociais de gênero. A tecnologia não seria, assim, uma força independente: “a maneira pela qual ela afeta a natureza do trabalho é condicionada pelas relações existentes”. Daí recomendar que o domínio masculino sobre a tecnologia seja compreendido como produto social (WAJCMAN, 1998, p.212-226).

Voltando ao meio rural, em um estudo que busca compreender o cotidiano de vida e trabalho de mulheres e homens na produção de leite – realizado junto a agricultores familiares de sete municípios do Paraná –, pôde-se observar que à medida que a produção de leite é tecnificada, deixa de estar sob domínio das mulheres, passando ao controle masculino (DESER;CEMTR/PR, 1996)^{iv}.

Tendo em conta a análise de Wajzman, comentada anteriormente, podemos sugerir que, para o caso paranaense, a introdução de tecnologia na produção leiteira estaria alterando não a **hierarquia** entre homens e mulheres^v, mas o lugar da atividade leiteira na hierarquia da unidade doméstica: a produção de leite, agora tecnificada, atingiria o estatuto de **trabalho** – atributo masculino^{vi}. A assunção desse novo estatuto pela produção de leite seria, assim, explicativa da exclusão das mulheres da atividade à medida que se tecnifica.

Retornemos ao tema dos agrotóxicos. Enquanto que, no Sul do Brasil, é comum haver participação de homens e mulheres no trabalho nas várias fases e atividades da lavoura, a aplicação de agrotóxicos é – talvez a única – atividade estritamente masculina^{vii}.

Podemos intuir que a origem da predominância masculina nessa atividade esteja relacionada à forma como as tecnologias chegam à agricultura familiar, uma vez que é aos homens que cotidianamente se dirige a ação difusora de tecnologias realizada pelos diferentes agentes de extensão rural (DESER;CEMTR/PR, 1996, p.78-82).

Entretanto, o manejo de agrotóxicos é percebido nessa agricultura familiar como atividade mais intensamente restrita ao universo masculino do que aquelas que envolvem a utilização de outras tecnologias da denominada “agricultura moderna”, compreendendo o emprego de máquinas, equipamentos ou outros agroquímicos.

Isso nos leva a supor que a particular exclusão das mulheres dessa atividade encontre legitimidade em outras justificativas, construídas no imaginário social desses agricultores. Vejamos.

Em vários dos depoimentos colhidos, alguns agricultores e agricultoras, referindo-se a plantas, relacionam o contato com agrotóxicos à idéia de perda da capacidade de frutificação:

Ali antes havia pés de pêssego, que deixaram de dar frutas. (Neusa)

O roundup, diz que não é veneno, fica só 140 dias na terra. Passaram embaixo do parreiral, e terminaram com o parreiral. Eu disse que fazia mal. Hoje em dia não tem mais parreiral na nossa região. (Ivo)

Umás horas, o soja já nem produz mais, porque está tão queimado de veneno. (Nilton)

Talvez, então, a negação às mulheres da participação nas atividades agrícolas que exigem contato direto com agrotóxicos esteja associada à busca de preservação de sua função reprodutiva.

Essa relação me foi sugerida a partir da suposição apresentada por um de meus informantes, Inácio, quando conversávamos com um de seus vizinhos a respeito da atual generalização da utilização de agrotóxicos na região em que vivem: “Hoje em dia, a dificuldade práς mulheres terem filho, não pode ter a ver?”.

Há alguns anos, Inácio e Neusa, tendo já os filhos adolescentes, haviam decidido conceber uma outra criança. Seus planos foram, entretanto, frustrados, sucedendo-se vários abortos espontâneos. Inácio encontra na idéia expressa na suposição anteriormente explicitada – em que associa redução da fertilidade feminina a agrotóxicos – a explicação para o insucesso que tiveram, ele e a esposa, na concepção do bebê desejado.

Horta e lavoura, mulheres e homens

Diferentemente das áreas de lavoura, dedicadas prioritariamente ao cultivo das culturas comerciais, espaço de controle eminentemente masculino, a horta, reservada a produtos destinados ao auto-consumo da família, considerada como pertencente à “casa” (HEREDIA *et al.*, 1984), é domínio feminino.

Na horta, afirmam freqüentemente os agricultores, a utilização de agrotóxicos é inexistente, sendo muitas vezes substituída por outros tipos de tratamento – como a utilização de cinza ou fumo – , ou reduzida ao mínimo inevitável, através, por exemplo, de produtos que em sua ação prescindem do contato com as plantas – como as iscas utilizadas no combate a formigas –, ou, quando imprescindível, submetida a normas de segurança, particularmente à obediência a prazos de carência recomendados para o consumo de alimento em que tenha sido aplicado algum “veneno” enquanto cultivado.

Afinal, como explica Dona Lúcia – que, a propósito, justifica a opção pelo óleo de girassol em detrimento do óleo de soja por saber bem que a soja é produzida a partir da utilização intensiva de agrotóxicos –, afirmando preferir abster-se de verduras a utilizar nelas agrotóxicos: “Eles [os homens da família] já lidam com veneno na soja, e se chegam em casa e tem veneno na mesa, onde é que fica a saúde?”.

Mas não são apenas as mulheres que afirmam ser a horta um espaço a ser preservado do contato com agrotóxicos. “Se tiver que usar veneno, deixe que termine”, ou “naquilo que come a gente não usa” são alguns dos comentários proferidos por seus maridos ou filhos.

Mas se, como parece, é unanimemente condenada a utilização de agrotóxicos na horta, como explicar o deboche dirigido ao marido de Neusa quando capina aquele espaço?

* * *

Talvez tal deboche não seja motivado pelo ato de carpir a horta, mas sim por ser a tarefa realizada por um homem.

Tendo presente o estudo – realizado junto a trabalhadores rurais assalariados paraibanos e agricultores familiares catarinenses – em que Paulilo (1987) observa que a mesma tarefa é considerada trabalho “leve” ou “pesado” dependendo de quem a realiza, respectivamente mulheres ou homens, poderíamos pensar que, entre os sojicultores aqui em foco, a introdução de uma tecnologia – a utilização de agrotóxicos –, associada, como vimos aqui, ao universo masculino, tenha, por oposição, deslocado a atividade de capina ao domínio feminino.

Se é verdade que, com a disseminação dos agrotóxicos, capinar passa a ser, nessa agricultura familiar, verbo conjugado no feminino, podemos compreender porque passa a ser um trabalho desvalorizado, ou um **não-trabalho**.

Assim é que a cena em que Inácio capina a horta provoca uma reação semelhante à que poderíamos observar se vizinhos o flagrassem junto ao tanque, ao lado da casa, lavando a roupa da família.

Bibliografia

CARNEIRO, Maria José. “Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo”. V Encontro da ANPOCS. Friburgo, 1981, mimeo.

DESER; CEMTR/PR. Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Curitiba: DESER/CEMTR, 1996.

DOUGLAS, Mary. Risk acceptability according to the social sciences. New York: Sage, 1985.

FARIA, Neice M.X.; FACCHINI, Luiz A.; FASSA, Anaclaudia G.; TORNASI, Elaine. “Estudo transversal sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha”, Revista de Saúde Pública, 33(4), p.391-400, 1999.

GUVANT, Julia. “Percepção dos olericultores da Grande Florianópolis (SC) sobre os riscos decorrentes do uso de agrotóxicos”. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 22(82), p.47-57, 1994.

HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Marie France; GARCIA JR., Afrânio. “O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas”. In: AGUIAR, Neuma (coord.). Mulheres na força de trabalho na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1984.

MENASCHE, Renata. Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre os cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. 283f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003.

PAULLO, Maria Ignez Silveira. “O peso do trabalho leve”. *Ciência Hoje*, 5(28), p.64-71, 1987.

SEYFERTH, Giralda. “Imigração, colonização e identidade étnica: notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no Sul do Brasil”. *Revista de Antropologia*, 29, p.57-71, 1986.

WAJCMAN, Judy. “Tecnologia de produção: fazendo um trabalho em gênero”. *Cadernos Pagu*, 10, p.201-256, 1998.

ZONABEND, Françoise. *La presqu’île au nucléaire*. Paris: Odile Jacob, 1989.^{viii}

Notas

ⁱ Este artigo foi elaborado a partir de pesquisa etnográfica realizada no período compreendido entre junho e setembro de 2000 em duas distintas regiões do Rio Grande do Sul, norte e centro-sul, em que predomina o cultivo intensivo de soja (MENASCHE, 2003).

ⁱⁱ Vale mencionar que, com o objetivo de preservar o anonimato dos informantes, os nomes utilizados neste artigo são fictícios.

ⁱⁱⁱ IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

^{iv} Da mesma forma, em um estudo realizado no Piauí, foi observado que quando o beneficiamento do arroz se transforma, sendo o pilão – instrumento de trabalho estritamente feminino – substituído pelo processo mecânico, a máquina é sempre operada por homem (CARNERO, 1981).

^v O conceito **gênero** é aqui compreendido como pressupondo uma relação hierárquica entre homens e mulheres.

^{vi} Em acordo com o referencial explicativo proposto por Heredia *et al.* (1984).

^{vii} O que pôde ser observado nas regiões estudadas, tendo sido também evidenciado em Deser; Cemtr/PR (1996) e em Faria *et al.* (1999).

^{viii}